

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 790.864 - SE (2015/0249234-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
REQUERENTE : RITA LEE JONES
ADVOGADO : TAIS BORJA GASPARIAN E OUTRO(S) - SE000883A
REQUERIDO : EDUARDO DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO : ELIZA FERNANDES MARQUES E OUTRO(S) - SE005297

DECISÃO

Por meio da petição de fls. 620-622 (e-STJ), Rita Lee Jones, com fulcro no art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015, busca o sobrestamento do feito até o julgamento do recurso extraordinário n. 622.055.

Para tanto, afirma que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar o referido recurso, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, reconheceu a repercussão geral na análise da questão constitucional posta sob julgamento, dando origem ao tema 837: "Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas."

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não enseja, em regra, o sobrestamento dos processos em curso nesta Corte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS PENDENTES DE JULGAMENTO NO STF. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO STJ. DESCABIMENTO.

1. O reconhecimento da repercussão geral pela Suprema Corte não enseja o sobrestamento do julgamento dos recursos especiais que tramitam neste Superior Tribunal de Justiça. Precedente: AgInt no AREsp 880.709/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/6/2016.

2. O exame de eventual necessidade de sobrestamento do feito terá lugar por ocasião do juízo de admissibilidade de eventual recurso extraordinário a ser interposto, consoante o art. 543-B do Código de Processo Civil. Nesse sentido: AgRg nos EDcl no REsp 1.514.882/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 1º/3/2016; AgRg no AgRg no AREsp 367.302/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/2/2014.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp n. 1.605.401/RS, Relator o Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/12/2018, DJe 12/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. TEMA SOB REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, in casu, o Código de Processo Civil de 2015 para o presente agravo interno, embora o recurso especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - O reconhecimento de repercussão geral, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na vigência do CPC/1973, em regra, não impõe o sobrestamento do trâmite dos recursos nesta Corte. Precedentes.

[...]

V - Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp n. 1.248.769/PR, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISS. CONTRATO DE FRANQUIA. INCIDÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. SOBRESTAMENTO. DESCABIMENTO.

1. [...]

2. O reconhecimento da repercussão geral pela Suprema Corte não enseja o sobrestamento do julgamento dos recursos especiais que tramitam neste Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: EDcl no AgRg no AREsp 768.749/RO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2/3/2016; AgRg nos EDcl no AREsp 656.405/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 4/2/2016; EDcl no AgRg no REsp 1.346.681/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 6/11/2015.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 348.521/SP, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 5/4/2016, DJe 11/4/2016)

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

